

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4002077-11.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**  
 Requerido: **ESPÓLIO DE WILLIAN HENRIQUE DE OLIVEIRA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos

Trata-se de **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO LIMINAR** para reaver o veículo descrito na inicial, proposta por **BV FINANCEIRA S/A – CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS** em face do espólio do **ESPÓLIO DE WILLIAN HENRIQUE DE OLIVEIRA**, ambos devidamente qualificados.

A liminar pleiteada foi deferida a fls. 25 e, na sequência, houve a busca e apreensão do bem (fls. 36/37).

Devidamente citado (fls. 94/95) o espólio do réu, representado pela inventariante Graziela Simone Aparecida Scarlato de Oliveira, e assistido pela Defensoria Pública, não fez objeção à peça vestibular, concordando com o alegado pelo autor (fls. 96).

**É o relatório.**

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil.

**4002077-11.2013.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência da confissão tem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 348 do CPC).

Releva, notar, neste passo, que a alienação fiduciária em garantia está comprovada pelo instrumento de fls. 15/17, o mesmo ocorrendo com a mora, em face da notificação extrajudicial (fls. 20/22).

Ademais, o não pagamento de qualquer das prestações avençadas implica no vencimento antecipado pela totalidade do débito (art. 3ª, e art. 1º, parág. 7º, Decreto-lei nº 911/69 com atualização pela Lei 10.931/04, c.c. art. 1.425, III do Código Civil).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de **TRANSFORMAR EM DEFINITIVA** a liminar concedida e **DECLARAR** consolidada a propriedade do bem em mãos da instituição financeira autora, assim como sua posse plena e exclusiva.

Arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, devendo ser observado o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

No mais, tendo em vista que essa sentença condenatória é ilíquida, fixo, equitativamente, para efeito de preparo de eventual recurso de apelação, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme determina o parágrafo 2º do art. 4º da Lei Estadual n. 11.608, de 29 de dezembro de 2003.

**P. R. I.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 15 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**